

Análise de políticas educacionais: breves considerações teórico-metodológicas

Jefferson Mainardes¹

Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade Estadual de Ponta Grossa
Ponta Grossa – PR – Brasil

Correspondência:
Rua Contenda, 92
Jardim América
Ponta Grossa – PR
Cep: 84050-330
E-mail: jefferson.m@uol.com.br

Artigo recebido em 30/01/2008

Aprovado em 20/01/2009

Resumo

Este trabalho apresenta algumas considerações teórico-metodológicas sobre a análise de políticas educacionais. Busca-se demonstrar que o debate acerca dessas questões, apesar de relevante e necessário, é ainda escasso no contexto brasileiro. Dessa forma, destaca-se a importância de se ampliar o diálogo com abordagens e referenciais analíticos que têm sido empregados em outros países, com a finalidade de aprofundar e expandir as bases teóricas que têm fundamentado as pesquisas brasileiras desse campo. A partir das ideias de alguns autores (Bowe et al., 1992; Rhodes e Marsh, 1992; Ball, 1994; 2007; Taylor, 1997; Fulcher, 1999; Muller, 2000; Muller e Surel, 2002; Olssen et al., 2004; Lingard e Ozga, 2007), busca-se indicar que a pesquisa de políticas educacionais, comprometida com uma perspectiva crítica e dialética, demanda uma investigação abrangente e aprofundada do conjunto de influências que atuam no processo de formulação de políticas, tais como: influências globais/internacionais, agências multilaterais, arquiteturas políticas nacionais e locais, indivíduos, grupos, redes políticas, entre outros. Dentre essas, o texto destaca o papel das redes políticas no processo de disputa por influências, argumentando que tais redes podem ter objetivos diferenciados e que a noção de redes políticas pode ser útil para se compreender a correlação de forças e as disputas que envolvem a definição de políticas e o processo decisório.

Palavras-chave: Políticas educacionais. Análise de políticas. Redes políticas.

¹ Professor do PPGE da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Mestre em Educação (Unicamp) e doutor em Educação (Universidade de Londres).

Analysis of educational policies: brief theoretical and methodological considerations

Abstract

This article presents some theoretical and methodological considerations on the analysis of educational policies. It seeks to demonstrate that debate surrounding these issues, despite being necessary and relevant, is still lacking in the Brazilian context. Thus, it highlights the importance of expanding the dialogue with other approaches and analytical frameworks, as applied in other countries, with the aim of strengthening the theoretical underpinnings of Brazilian educational research in this field. Based on the ideas of several authors (Bowe et al., 1992; Rhodes and Marsh, 1992; Ball, 1994, 2007; Taylor, 1997; Fulcher, 1999; Muller, 2000; Muller and Surel, 2002; Olssen et al., 2004; Lingard and Ozga, 2007), it points out that research on education policies, committed to a dialectical and critical perspective, demands a broader investigation of the range of influences that operate in the process of policy making, such as: global/international influences, multilateral agencies, national and local political structures, groups and policy networks, among others. More specifically, the article emphasizes the role of policy networks in the process of competing influences, arguing that such networks can have different aims and that they are useful for understanding the correlation of forces and the competing influences present in the policy-making and decision-making process.

Keywords: Education policies. Policy analysis. Policy networks.

O objetivo deste texto é apresentar algumas considerações teórico-metodológicas sobre a análise de políticas educacionais. Partimos do pressuposto de que o debate acerca dessas questões é tão polêmico quanto importante e que, no Brasil, até o presente, são ainda raros os trabalhos que se propuseram a discutir abordagens metodológicas para a pesquisa sobre políticas públicas e educacionais. É importante destacar que a análise de metodologias deve ser entendida como sendo “parte do debate sobre políticas ‘oficiais’ e não como algo que lhe é exterior, algo meramente técnico” (OZGA, 2000, p. 20) e que a maneira como um pesquisador encara a política educacional influencia o tipo de investigação que se propõe a realizar.

O artigo está dividido em duas seções. Inicialmente, apresenta-se um panorama do debate sobre a análise de políticas públicas e políticas educacionais, bem como alguns dos principais problemas que têm caracterizado as pesquisas nesses campos. Na segunda seção, alguns referenciais analíticos que destacam o caráter processual das políticas educacionais são apresentados. A partir desses referenciais, busca-se evidenciar a importância de se investigar o contexto de influência no processo de formulação de políticas, destacando-se o papel das redes políticas.

Panorama do debate sobre a análise de políticas públicas e educacionais

Tanto no campo das políticas públicas quanto no das políticas educacionais, alguns autores brasileiros têm buscado debater e sintetizar questões teórico-metodológicas na análise de políticas. No campo das políticas públicas e sociais, algumas referências importantes são os trabalhos de Lima Júnior e Santos (1976), Coimbra (1987), Rico (1998), Frey (2000), Barreira e Carvalho (2001), Belloni et al. (2003), o dossiê sobre políticas públicas publicado na Revista Brasileira de Ciências Sociais (n. 51, 2003) e o dossiê publicado em Sociologias (n. 16, 2006). No campo das políticas educacionais, destacam-se os trabalhos de Azevedo e Aguiar (2001a, 2001b), Dutra (1993), Paro (2001), Azevedo (2004), bem como publicações do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da UNICAMP (NEPP, 1994). Embora alguns desses trabalhos incluam discussões presentes na literatura internacional sobre análise de políticas (por exemplo, aquelas abordagens e discussões metodológicas publicadas em inglês ou francês), pode-se argumentar que ainda são escassas as publicações que apresentam as discussões teóricas e abordagens metodológicas que compõem a vasta literatura internacional sobre a análise de políticas. Além disso, as abordagens convencionais e lineares da análise de políticas parecem ter sido mais fortemente incorporadas nas pesquisas e publicações brasileiras do que as abordagens críticas e dialéticas.

Para Azevedo e Aguiar (2001a), no Brasil, a pesquisa de políticas educacionais é um campo relativamente novo e ainda não consolidado em termos de referenciais analíticos consistentes. Apesar disso, pode-se afirmar que se trata de um campo em permanente construção e expansão. Observa-se um crescimento no número de teses, dissertações, pesquisas e publicações. É perceptível ainda um aumento no número de grupos de pesquisa na área de política e gestão da educação, bem como de linhas de pesquisa nos Programas de Pós-Graduação em Educação. Dessa forma, o debate sobre questões teórico-metodológicas da análise de políticas parece relevante e necessário.

De modo geral, nas pesquisas e publicações brasileiras sobre políticas educacionais, observa-se a existência de dois grupos distintos: a) estudos de natureza teórica sobre questões mais amplas e abrangentes do processo de formulação de políticas, abrangendo discussões sobre mudanças no papel do Estado, rede de influências no processo de formulação de políticas, abordagens históricas das políticas educacionais brasileiras (geralmente vinculadas à análise do contexto socioeconômico e

político) entre outros aspectos e b) análise e avaliação de programas e políticas educacionais específicas.

Ambos os tipos de pesquisas são fundamentais para o debate e avanço do conhecimento acerca das políticas educacionais. No entanto, em uma perspectiva dialética, pode-se interrogar em que medida os estudos de natureza teórica têm contribuído para a análise de políticas específicas e ainda como e em que medida os estudos de políticas específicas têm incorporado as contribuições do primeiro grupo (estudos de natureza teórica). Esses questionamentos referem-se à articulação entre as perspectivas macro e micro, uma questão que tem sido extensivamente discutida na literatura internacional (por exemplo, POWER, 2006). Além do problema da articulação entre as perspectivas macro e micro, outros problemas podem ser evidenciados.

A partir dos resultados preliminares de uma pesquisa em andamento, cujo objetivo é analisar o conteúdo de teses e dissertações sobre uma política específica (organização da escolaridade em ciclos no Brasil), bem como a partir de trabalhos que discutem questões teórico-metodológicas da análise de políticas públicas e políticas educacionais (DUTRA, 1993; FREY, 2000; ARRETCHE, 2003; FARIA, 2003; SOUZA, 2003; AZEVEDO; AGUIAR, 2001a, 2001b), indicamos alguns dos principais problemas que caracterizam a pesquisa nesses campos:

a) Muitos pesquisadores não explicitam os pressupostos teóricos que sustentam suas análises. Com exceção de pesquisas fundamentadas em referenciais teóricos consistentes (materialismo histórico e dialético, estruturalismo, pós-estruturalismo, etc.), observa-se o uso de ideias de um conjunto de autores (muitas vezes de matrizes epistemológicas distintas) para subsidiar a análise. Isso torna difusos e inconsistentes os fundamentos dessas últimas pesquisas. Do mesmo modo, poucos são os autores que explicitam os valores éticos e os princípios que fundamentam suas análises. A questão da responsabilidade ética na análise de políticas é bastante complexa, controversa e uma questão ainda em debate. O trabalho de Gewirtz (2007), recentemente publicado no Brasil, é bastante útil para se ter alguns elementos básicos sobre a questão da reflexividade ética e suas implicações na análise de políticas.

b) Diversas pesquisas sobre políticas educacionais específicas enfatizam ou supervalorizam os processos locais, apresentando pouca ou frágil articulação com o sistema social, político e econômico mais amplo (falta de uma visão de totalidade). Além disso, observa-se a ausência de teorizações mais aprofundadas sobre o Estado (papel do Estado, mudanças no papel do Estado), bem como sobre as concepções de

Estado e de política educacional que orientam os mandatos administrativos. Observa-se também que, em muitos casos, os pesquisadores não estabelecem relações entre a política investigada e as demais políticas implementadas em um mesmo período.

c) Em muitas pesquisas, principalmente sobre políticas educacionais específicas, observa-se a ausência (ou a apresentação de considerações insuficientes) sobre as relações entre as políticas e o contexto histórico que permita uma compreensão das origens e raízes das políticas, bem como dos problemas e questões que elas se propuseram enfrentar. Autores de diferentes perspectivas teóricas (materialismo histórico e dialético, pós-estruturalismo) defendem a necessidade de investigar as políticas e outros temas em uma perspectiva histórica (por exemplo, OLSEN et al., 2004; RIBEIRO, 1981). Os livros de Shiroma et al. (2000) e Vieira e Farias (2007) são exemplos de textos sobre política educacional brasileira, nos quais a perspectiva histórica aparece como um elemento essencial para se compreender o processo de produção das políticas.

d) A preocupação em realizar pesquisas sobre políticas em uma perspectiva crítica, pelo menos de forma explícita, pode ser identificada em poucos trabalhos (por exemplo, PARO, 2001; VIÉGAS et al., 2006; DUARTE, 2006; SILVA JÚNIOR, 2007). Em termos genéricos, além da análise da totalidade das relações envolvidas nas políticas, bem como das contradições, uma análise crítica demanda um esforço do pesquisador no sentido de:

- articular o tema de pesquisa com o contexto político e socioeconômico mais amplo (determinações mais amplas), bem como com o conjunto de políticas implementadas;
- evitar análises voltadas à mera legitimação de políticas ou à sua justificação;
- buscar explicitar possíveis processos de reprodução de desigualdades, de exclusão ou de inclusão “precária, instável, marginal” (MARTINS, 1997);
- assumir uma atitude contrária a qualquer seletividade no processo de distribuição do conhecimento e o compromisso com a elevação do nível cultural das massas (DUARTE, 2006).

Ao indicarmos tais problemas, não desejamos fazer generalizações ou colocar em julgamento as pesquisas sobre políticas que têm sido desenvolvidas. Parafraseando Gewirtz (2007), não seria realístico esperar que “todos aqueles que analisam políticas façam tudo todo o tempo” (p. 9). O que desejamos indicar é a relevância de se debater questões teórico-metodológicas sobre a análise de políticas, com a finalidade de

aprofundar as discussões sobre tais questões. Nesse sentido, parece relevante considerar as contribuições de algumas das principais abordagens que têm sido empregadas na análise de políticas.

Alguns referenciais analíticos de políticas educacionais

A literatura internacional sobre análise de políticas é bastante vasta e uma série de abordagens analíticas têm sido formuladas. A abordagem proposta por Taylor (1997) sugere a necessidade de se explorar os contextos, textos e consequências das políticas. Isso implica buscar analisar a trajetória das políticas desde seus antecedentes até seus resultados/efeitos. Uma outra abordagem propõe a análise de cinco diferentes contextos do que se denomina ciclo de políticas: contexto de influência, produção do texto, contexto da prática, resultados ou efeitos e contexto da estratégia política (BOWE & BALL, 1992; BALL, 1994). Para Lingard (2004), os três primeiros contextos do ciclo de políticas têm paridade de forças, reconceitualizando o que a literatura tradicional considera como uma relação linear de cima para baixo entre a produção e implementação de políticas. Contudo, ele propõe que o modelo do ciclo de políticas deve ser globalizado “porque sua formulação inicial baseava-se no espaço limitado da nação” (LINGARD, p. 73-74). Mainardes (2006) argumenta que o ciclo de políticas constitui-se em um referencial extremamente útil para a análise de políticas. Fulcher (1999) propôs um modelo de análise baseado na teoria do discurso. Nessa perspectiva, o processo de formulação de políticas é entendido como uma arena de disputa sobre significados ou “políticas de discurso” (YEATMAN, 1990). A ênfase é colocada no processo político e a política é entendida como uma disputa entre competidores com objetivos e intenções variadas em que a linguagem, mais especificamente os discursos, são usados taticamente (FULCHER, 1999). Tais disputas ocorrem em diferentes níveis dentro de todas as arenas do processo de formulação de políticas, seja no plano legislativo, nas divisões regionais, nos conselhos escolares, etc.

Os modelos mencionados anteriormente destacam a dimensão processual da formulação de políticas. Nessa dimensão, a formulação de políticas públicas não depende somente de processos associados às trajetórias institucionais específicas, mas possuem, igualmente, uma dinâmica própria. Na perspectiva de Jones (apud THOENIG, 1985), a produção de políticas inicia-se com a identificação de um problema e a construção de uma agenda. Nesse sentido, a tomada de decisão não representa o ponto de partida das políticas públicas. Ela é precedida de ações, disputas e processos de

negociação. Assim, a construção de uma agenda é um *processo cognitivo* que envolve diversos atores (MULLER, 2000; MULLER; SUREL, 2002; MULLER, 2004) e, em virtude disso, a análise de políticas demanda levar em consideração uma multiplicidade de aspectos, tais como: a estrutura social; o contexto econômico, político e social no qual as políticas são formuladas; as forças políticas; e a rede de influências que atuam no processo de formulação de políticas e de tomada de decisões nas diferentes esferas. Considerar esse conjunto de influências implica levar em consideração o fenômeno da globalização em toda a sua complexidade, a influência das agências multilaterais, as arquiteturas político-partidárias nacionais e locais, bem como a influência de indivíduos, grupos e redes políticas (LINGARD; OZGA, 2007; BALL, 1994).

Um exemplo de análise que busca explorar a complexidade das múltiplas influências no processo de formulação e implementação de políticas é o recente trabalho de Stephen J. Ball sobre o processo de privatização da educação no Reino Unido (BALL, 2007). A pesquisa baseia-se em uma extensiva pesquisa documental (jornais, *websites*, documentos oficiais) e entrevistas com executivos e consultores de companhias privadas que têm influenciado as decisões e mudanças no setor educacional público. O autor procura demonstrar como o processo, que ele chama de ‘privatizações’, pode ser compreendido, bem como quais são as principais comunidades políticas (agências, serviços públicos e filantropia), conselhos, pessoas influentes, academias especializadas, universidades, dentre outros sujeitos que têm atuado e influenciado a configuração de uma variedade de formas e tipos de privatização, envolvendo diferentes estilos de financiamento e diferentes formas de relacionamento entre as mantenedoras, prestadores de serviços e clientes. Em sua análise, Ball apresenta a intrincada rede das influências e as redes políticas (*policy networks*) que têm configurado um novo modelo da indústria de serviços educacionais, no qual a infraestrutura, programas, contratos e serviços públicos na área de educação são bastante influenciados pelas parcerias público-privadas, nova filantropia, consultorias e serviços de inspeção realizados por empresas privadas, etc. Essa “reforma” do setor público é uma oportunidade massiva de novos lucros, uma vez que o “mercado” educacional (público) vem se tornando um negócio cada vez mais lucrativo. Além de mostrar a rede de influências, Ball mostra como as pessoas se movem dentro dessas redes e que novos tipos de carreias são construídas tanto no âmbito do setor público quanto do setor privado.

Inúmeros aspectos da pesquisa de Ball sintetizada são relevantes para uma compreensão das redes de influência no processo de formulação de políticas. No

entanto, nos limites deste artigo, indicaremos a relevância de se identificar e explorar o papel das ‘redes políticas’. Segundo Kickert et al (1997), redes políticas são formações institucionais que são formadas em torno de programas ou problemas políticos específicos. Elas reúnem uma variedade de pessoas em parceria e, teoricamente, um indivíduo sozinho não tem o poder suficiente para determinar as ações estratégicas da rede. Rhodes e Marsh (1992) consideram que uma rede de política é o resultado de uma cooperação mais ou menos estável e hierárquica entre organizações que negociam, trocam recursos e podem compartilhar normas e interesses num ambiente complexo. Um dos aspectos relacionados com a temática das redes de políticas é que o Estado não pode ser analisado como uma instituição monolítica. Para esses autores, o estudo das políticas públicas deve partir do reconhecimento da diversidade das organizações estatais, da pluralidade dos grupos de interesses e das múltiplas formas de relacionamento entre esses sujeitos. Trata-se, portanto, de uma abordagem intermediária que visa articular as dimensões setoriais e territoriais. De maneira geral, o pano de fundo das redes de políticas é a tentativa de fortalecer grupos de interesse, bem como de diminuir as fronteiras entre público e privado e de promover a transnacionalização das políticas, dentre outros fenômenos. Tais aspectos podem ser observados claramente no estudo de Ball sobre a participação do setor privado no setor educacional público (privatização).

Do ponto de vista metodológico, a abordagem das redes de políticas públicas tem privilegiado estudos empíricos e a construção de tipologias capazes de destacar os principais elementos constitutivos e a configuração específica das redes de atores. Entre outros tipos de redes, pode-se estabelecer um espectro caracterizado num extremo por comunidades de políticas (*policy community*) relativamente fechadas e marcadas por uma forte estabilidade das relações verticais entre organizações e, num outro extremo, por redes temáticas (*issue network*) envolvendo um número flutuante e grande de atores que estabelecem relações predominantemente horizontais.

Castells (1997), em particular, expressa a preocupação com o fluxo de poder nas redes políticas, sugerindo que as funções dominantes são organizadas globalmente, enquanto que as funções subordinadas são colocadas em espaços crescentemente fragmentados e difusos. Embora Castells tenha identificado o caráter excludente e seletivo das redes políticas (geralmente comunidades políticas dominadas pelos interesses do capital), ele também identificou seu potencial como rede de mudança social, como forma de apoiar processos de resistência (tais como novos movimentos

sociais) que poderiam reconstruir e fortalecer a sociedade civil. Assim, as redes políticas podem possuir diferentes finalidades. Por exemplo, no âmbito da América Latina, pelo menos duas redes se organizam em torno das políticas para a formação de professores: a Rede Kipus (www.unesco.cl/kipus/2.act) e a Rede Estrado (www.redestrado.org). A primeira, vinculada à OREALC/UNESCO, congrega organizações, instituições (governamentais e não-governamentais) e pessoas envolvidas e comprometidas com o desenvolvimento profissional e humano dos professores. A Rede Kipus é uma “aliança de organizações, instituições e pessoas comprometidas com o desenvolvimento profissional e humano dos docentes” (portal da REDE KIPUS). Uma das finalidades dessa rede é compartilhar as experiências desenvolvidas nas reformas voltadas para a formação de professores e o conhecimento acumulado sobre o tema, promovendo a criação de uma comunidade de investigadores em educação para analisar temas de agendas políticas dirigidas às políticas de formação docente. Essa rede considera a formação de docentes como “eixo fundamental” para o sucesso das reformas educativas na região e, simultaneamente, para enfrentar os desafios do Fórum Mundial de Educação de Dakar, tendo em vista a redução da pobreza e o desenvolvimento social e econômico (EVANGELISTA; SHIROMA, 2007).

A segunda, Rede de Estudos do Trabalho Docente (Rede Estrado, é vinculada à Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO). Essa rede pretende constituir-se em um espaço para o debate e a comunicação de natureza interdisciplinar sobre o tema do Trabalho Docente, tendo por finalidade o intercâmbio acadêmico e político entre os pesquisadores. Participam dessa rede apenas pesquisadores da América Latina que desenvolvem estudos sobre o trabalho docente. Tem como propósito fazer com que o estudo do trabalho docente possa subsidiar propostas políticas para os países latino-americanos. Assim, essa rede busca aprofundar o conhecimento sobre o tema do trabalho docente, difundindo estudos críticos sobre políticas em processo e sobre as propostas avalizadas, como de qualidade e benefício social pelos pesquisadores da rede. Como pode ser observado, embora a preocupação de ambas as redes seja discutir questões relacionadas à formação de professores, elas possuem finalidades e interesses políticos diferenciados. A noção de redes de políticas parece ser útil para se compreender o processo de disputa por influências, que pode ser observado na formulação de políticas. A análise do contexto de influência na formulação das políticas, da forma mais abrangente possível, torna-se útil e necessária para se compreender o jogo de influências e múltiplas agendas no processo de configuração de

políticas no processo histórico. Essa análise abrangente poderá permitir a identificação das influências globais/internacionais, de agências multilaterais, redes políticas, comunidades epistêmicas, intelectuais e políticos que exercem influências, forças do contexto político nacional e local, dentre outros. Ao se destacar as diferentes dimensões e escalas da formulação e implementação das políticas públicas, bem como as redes que exercem influências e nas quais algumas vezes os *policy makers* estão inseridos, é possível resgatar-se o conjunto de determinantes políticos e institucionais das políticas educacionais no plano nacional ou em contextos específicos. Não se trata aqui de supervalorizar a presença e atuação do corpo técnico e burocrático ou os interesses políticos em jogo, mas de se buscar resgatar meandros, práticas, conhecimentos, competências e visões de mundo afeitas às particularidades destas atuações e avaliar em que medida tais participações têm contribuído para a compreensão das políticas.

Considerações finais

Nesse artigo, apresentaram-se algumas considerações teórico-metodológicas sobre a análise de políticas educacionais e destacou-se a importância de se debater questões teórico-metodológicas da análise de políticas, bem como se buscou ampliar o diálogo com abordagens e referenciais analíticos que têm sido empregados em outros países, com o objetivo de aprofundarmos nosso quadro de referências teórico-metodológicas da análise de políticas educacionais, bem como de construirmos novos referenciais. A pesquisa sobre políticas educacionais, comprometida com uma perspectiva crítica e com a análise da totalidade e suas múltiplas relações, demanda uma investigação aprofundada tanto das mediações mais amplas como das mais imediatas. Nesse sentido, sem desconsiderar a importância de pesquisas de natureza teórica, deve-se destacar as contribuições das pesquisas que procuram investigar o contexto da prática (realidade concreta), articulando-as com as determinações mais amplas. Alguns dos referenciais mencionados oferecem elementos para que os pesquisadores de políticas educacionais possam explorar de forma mais adequada tal articulação.

Referências

ARRETCHE, M. Dossiê agenda de pesquisas em políticas públicas (Apresentação). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 7 – 9. fev. 2003.

AZEVEDO, J. M. L. de; AGUIAR, M. A. Políticas de educação: concepções e programas. In: WITTMANN, L. C.; GRACINDO, R. V. (Coords.). **O Estado da arte**

em política e gestão da educação no Brasil: 1991 a 1997. Brasília: Inep. p. 43- 51 2001a.

AZEVEDO, J.M.L. de; AGUIAR, M. A. A produção do conhecimento sobre a política educacional no Brasil: um olhar a partir da ANPED. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 77, p. 49 – 70, set-/dez. 2001b.

BALL, S. J. **Education reform:** a critical and post structural approach. Buckingham: Open University Press, 1994.

BALL, S.J. **Education Plc:** understanding private sector participation in public sector education. London: Routledge, 2007.

BARREIRA, M. C. R. N.; CARVALHO, M. do C. B. de. (Orgs.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais.** São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.

BELLONI, I.; MAGALHÃES, H. de; SOUSA, L. C. de. **Metodologia de avaliação em políticas públicas:** uma experiência em educação profissional. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

COIMBRA, M. A. Abordagens teóricas ao estudo das políticas sociais. In: ABRANCHES, S. et al. **Política social e combate à pobreza.** Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

BOWE, R.; BALL, S. J.; GOLD, A. **Reforming education & changing schools:** case studies in Policy Sociology. London: Routledge, 1992.

CASTTELS, M. **The power of identity.** Oxford: Blackwell, 1997.

DUARTE, N. A pesquisa e a formação de intelectuais críticos na Pós-graduação em Educação. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 24, n.1, jan./jun. 2006.

DUTRA, A. A questão política da alfabetização no Rio de Janeiro de Janeiro de 1983 a 1987. **Cadernos de Pesquisa**, n. 85, p. 33-42, maio. 1993.

EVANGELISTA, O.; SHIROMA, E. **Redes para reconversão docente.** 2007 (mimeo).

FARIA, C. A. P. de. Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 21-19, fev. 2003.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas (IPEA)**, v. 21, p. 211 – 259, jun. 2000.

FULCHER, G. **Disabling policies?** A comparative approach to education policy and disability. London: Falmer Press, 1999.

GEWIRTZ, S. (2007). A reflexividade ética na análise de políticas: conceituação e importância. **Práxis Educativa**, v. 2, n.1, p. 7-12. Disponível em: <http://www.uepg.br/praxiseducativa/>.

JOBERT, B. & MULLER, P. **L'Etat en action: politiques publiques et corporatismes**. Paris: PUF, 1987.

KICKERT, W.; KLIJN, E-H.; KOPPENJAN, J. (Eds). **Managing complex networks: strategies for the public sector**. London: Sagem 1997.

LIMA JÚNIOR, O. B.; SANTOS, W. G. dos. Esquema geral para a análise de políticas públicas: uma proposta preliminar. **Revista Administração Pública**, v. 10, n. 2, p. 241-256, 1976.

LINGARD, B. É e não é: globalização vernacular, política e reestruturação educacional. In: BURBULES, N.; TORRES, C.A. **Globalização e educação: perspectivas críticas**. Porto Alegre: Artmed, 2004, p. 59-76.

LINGARD, B.; OZGA, J. (Eds.). Introduction: reading education policy and politics. In: **The Routledge Falmer Reader in Education Policy and Politics**. London: Rotledge, 2007, p. 1 – 8.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan-abr. 2006.

MARTINS, J. de S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MULLER, P. L'analyse cognitive des politiques publiques: vers une sociologie politique de l'action publique. **Revue Française de Science Politique**, v. 50, n. 2, p. 189-208, 2000.

MULLER, P.; SUREL, Y. **A análise das políticas públicas**. Pelotas: EDUCAT, 2002.

MULLER, P. **Les politiques publiques**. Paris: PUF, 2004.

NEPP. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas. **Cadernos de Pesquisa – Políticas Públicas**. UNICAMP, 1994.

OLSSSEN, M.; CODD, J.; O'NEILL, A. M. **Education policy: globalization, citizenship and democracy**. London: SAGE, 2004.

OZGA, J. **Investigação sobre políticas educacionais: terreno de contestação**. Porto: Porto Editora, 2000.

PARO, V. H. Políticas educacionais: considerações sobre o discurso genérico e a abstração da realidade. In: DOURADO, L. F.; PARO, V. H. **Políticas públicas e Educação Básica**. São Paulo: Xamã, 2001. p. 29 – 47.

POWER, Sally. O detalhe e o macro-contexto: o uso da teoria centrada no Estado para explicar práticas e políticas educacionais. **Olhar de professor**, Ponta Grossa, v. 9, n.1, p. 11-30, jan-/jun. 2006. Disponível em: http://www.uepg.br/olhardeprofessor/pdf/revista91_artigo01.pdf.

RHODES, R. A. W.; MARSH, D. **Policy networks in British government**. Oxford: Oxford University Press, 1992.

RIBEIRO, M. L. S. **História da Educação Brasileira**: a organização escolar. São Paulo: Moraes, 1981.

RICO, E. M. (Org.). **Avaliação de políticas sociais**: uma questão em debate. São Paulo: Cortez, 1998.

SABATIER, P.; JENKINS-SMITH, H. **Policy change and learning**: the advocacy a coalition approach. Boulder: Westview Press. 1993.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M. de; EVANGELISTA, O. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SILVA JÚNIOR, J. dos R. S. O Pronera e a democratização da Educação Superior Pública no campo: um diálogo teórico crítico. In: GRACINDO, R.V. **Educação como exercício da diversidade**: estudos em campos de desigualdades sócio-educacionais. Brasília: Líber, 2007. p. 221-239.

SOUZA, C. "Estado do campo" da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 15-20, fev. 2003.

TAYLOR, S. Critical policy analysis: exploring contexts, texts and consequences. **Discourse**: studies in the polictics of education. v. 18, n.1, 1997, p. 23-35.

THOENIG, J. C. L'analyse des politiques publiques. In: LECA, J.; GRAWITZ, M. (Orgs.) **Traité de Science Politique**: Les Politiques Publiques; Paris: PUF, 1985. p. 1-60.

VIÉGAS, L. de S.; ASBAHR, F. da S. F.; ANGELUCCI, C. B. Apresentação. In: **Políticas públicas em educação**: uma análise crítica a partir da Psicologia Escolar. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006. p. 9 - 21.

VIEIRA, S. L.; FARIAS, I. M. S. de. **Política educacional no Brasil**: introdução histórica. Brasília: Líber livros, 2007.

YEATMAN, A. **Bureaucrats, technocrats, femocrats**: essays on the contemporary Australian State. London: Falmer Press, 1990.